

DOS CAMPOS DE ALGODÕES AOS CAMPOS DA SOCIEDADE: RELAÇÕES E TENDÊNCIAS FUTURAS ENTRE ÁFRICA E BRASIL

Lucas Lenin de Assis (UFLA)¹

RESUMO: A presente pesquisa tem como propósito nos fazer refletir sobre as relações de interesse entre o continente África, em sua magnitude, e o Brasil, com base em um compilado de informações, e tendo em vista acordos bilaterais firmados entre o Brasil e alguns países africanos. Esse estudo visa ampliar possíveis caminhos e problemáticas que inferem nessa relação entre países que possuem um histórico semelhante quanto a subjetivação psicológica colonialista, e que há muito tempo caminham concomitantemente. Assim sendo, foi feito um estudo de caso com base na literatura e vivência do autor, bem como reflexões de diferentes estudiosos. Na condição de pesquisador observador e a fim de se ter uma leitura do real cenário que vivenciamos (cenário esse que diz respeito a todos nós), esse artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa descritiva qualitativa (Good Practices In South-South And Triangular Cooperation) e com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nosso país vem enfrentando uma enorme resistência quanto a um problema estrutural que afeta todas as classes sociais, e que, em grande parte, é responsabilidade do atual cenário político brasileiro: o racismo. A partir desse trabalho, é notório que muito se tem a explorar quanto ao desenvolvimento social, as condições básicas e dimensões econômicas na qual estamos inseridos, com nossas diferentes particularidades. Se faz necessário incentivar jovens pesquisadores brasileiros a conhecerem e trabalharem em parceria com as instituições africanas e se interessarem pela visão a partir destas, em especial no campo da agricultura, a fim de nos conhecermos melhor. Além do mais, os trabalhos desenvolvidos com e para África abrem portas dentro de uma nova perspectiva antieurocêntrica e antielitista, incorporando novos protagonistas e outras visões de mundo, contribuindo para uma relação mais estreita entre nossos pares.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Agronegócio. Cultura Africana. ODS.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to make us reflect on the relations of interest between the continent of Africa, in its magnitude, and Brazil, based on a compilation of information, and taking into account bilateral agreements signed between Brazil and some African countries. This study aims to broaden possible paths and problems that infer in this relationship between countries that have a similar history in terms of psychological colonialist subjectivation, and that have long walked concomitantly. Therefore, a case study was made based on the author's literature and experience, as well as on the reflections of different scholars. As an observer researcher and in order to have a reading of the real scenario we live (a scenario that concerns us all), this article is a cutout of a qualitative descriptive research (Good Practices In South-South And Triangular Cooperation) and based on the Sustainable Development Goals (SDGs). Our country has been facing a huge resistance to a structural problem that affects all social classes, and that, in large part, is the responsibility of the current Brazilian political scenario: racism. From this work, it is clear that there is a lot to explore regarding social development, the basic conditions and economic dimensions in which we are inserted, with our different particularities. It is necessary to encourage young Brazilian researchers to get to know and work in partnership with African institutions and become interested in their vision, especially in the field of agriculture, in order to get to know ourselves better. Moreover, the work developed with and for Africa opens doors within a new anti-Eurocentric and anti-elitist perspective, incorporating new protagonists and other worldviews, contributing to a closer relationship between our peers.*

KEYWORDS: Globalization. Agribusiness. African Culture. ODS.

¹ Doutor em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: ll.resende@outlook.com.

INTRODUÇÃO

Tem sido observado uma aproximação ao continente Africano, por parte do Brasil (assim como outros países), com tendência a beneficiar os interesses de uma minoria que se encontra inserida no contexto agrícola, atualmente movida pelos interesses econômicos vinculados ao ambiente de (agro) negócio. Isso porque a África é vista como uma região de grande potencial agrícola e com capacidade de nos tirar de uma crise econômica que atualmente assola o nosso país frente à pandemia da Covid-19, cenário esse já muito debilitado nos últimos anos, se considerarmos a dinâmica do mercado interno e externo. Com a pandemia controlada, os impactos podem ser consideravelmente negativos a curto prazo, mas na agricultura, há o receio de interromper as cadeias produtivas de valor agrícola embutido e colocar em risco a segurança alimentar.

Antes de mais nada, se faz importante lançar mão desse modo de pensar e refletir também sobre o ponto de vista dos povos africanos, sobre as relações e interesses tão distintos dos brasileiros detentores de commodities e imergidos no agronegócio, buscando a valorização e reconhecimento no povo africano, detentor de recursos naturais, de tecnologia e saber popular, algo que dentro do nosso país não acontece, devido a um preconceito embutido e mascarado em forma de abordagens superficiais do assunto e principalmente dentro da sala de aula. Para além das relações entre o Brasil e alguns países do continente Africano, vale salientar a discriminação como algo que sempre esteve presente na sociedade, segregando indivíduos por sua condição social, religião, nacionalidade, sexualidade, gênero e outra infinidade de características que desconsideram o mérito e o caráter individual.

A pandemia da COVID-19 acarretou inúmeros problemas econômicos e sociais, principalmente naqueles países que não possuíam poder de compra das vacinas. Gabão, no momento em que esse trabalho foi escrito, é o país que se concentra o maior número de novas infecções, aumentando em mais de 100 casos nas últimas três semanas, atrás do Egito, que mostrou maior número de infecções desde junho (REUTERS, 2021). Esses países acometidos pela pandemia mostraram que, diante de uma emergência sem precedentes, podem se reunir em prol da solidariedade uns com os outros. Mais de 20 países africanos estabeleceram uma nova unidade ou instalação para facilitar a aquisição de suprimentos médicos e garantir a prestação de serviços públicos e respostas do governo à pandemia (UNPD, 2021). O Brasil, por outro lado, relata 15.437 novas infecções, em média, por dia (20% do pico) e 600.829 mortes estão relacionadas ao coronavírus desde o início da pandemia (UNPD, 2021), dados que, quando confrontados com outros países, demonstram um total descaso com a população brasileira, no que diz respeito às medidas de controle e atenuação das infecções.

Apesar de possuírem realidades diferentes, todos os países têm enfrentado a pandemia em escalas maiores ou menores de severidade. E é sabido que, se não controlada de maneira uniforme, o contágio entre pessoas pode, em pouco tempo, se espalhar. Logo, medidas nesse sentido e colaborações entre países aumentam a chance de combater a doença em um menor espaço de tempo. Nas palavras de Gala, em uma entrevista concedida a Fundação FHC disse: “desde os anos 1970, a presença diplomática brasileira nas nações africanas busca se beneficiar de um componente simbólico: o fato de o Brasil ser um país com cerca de metade de sua população originária da África e, portanto, ter uma ‘vocação natural’ para se relacionar e fazer negócios com os africanos”. Mas este   um discurso sem fundamenta o, pois, ao analisarmos o contexto e a história da política externa Brasil-África, o que podemos notar   uma perspectiva sob o olhar de uma elite branca, em rela o ao continente africano.

No nosso entendimento, para que haja um diálogo entre os indivíduos que formam comunidades e tradi es dispares,   preciso esclarecer as problemáticas internas que são deixadas de lado e objetivos comuns, para que as trocas possam acontecer de fato e os

acordos, chamados bilaterais, sejam firmados. Mais que isso, esses acordos devem favorecer as duas partes da transação, além da troca de conhecimento, tecnologia e/ou mão de obra. Com base nesses questionamentos, a proposta desse trabalho é trazer a narrativa dessas relações de forma concisa para serem confrontadas com a literatura, discutida entre seus pares para que, de maneira conjunta, seja possível alcançar uma leitura do real cenário e, dessa forma, contribuir para o debate internacional sobre a eficácia dessas colaborações. Para tal, buscamos o entendimento por meio de três perguntas dilemáticas: Como as parcerias e acordo entre o Brasil e países africanos têm alcançado a população? O racismo pode ser combatido com ações que facilitam o estreitamento das relações entre os países do continente africano e o Brasil? Quais as medidas que podem ser tomadas a fim de estreitar esses laços?

RELAÇÕES RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIAS NO BRASIL

O Brasil, país com maior população negra fora da África, vinha ganhando notoriedade sobre os temas raciais, pelas lideranças do PT e seus representantes da posição do Movimento Negro na formulação da política externa do país durante o Governo do presidente Lula entre 2003 e 2011 (GALA, 2019; NASCIMENTO, 2020; FERREIRA & CUNHA, 2021), deixando um legado que reflete positivamente ainda hoje.

Durante esse tempo de pandemia, as desigualdades que pesam sobre a população negra têm se apresentado de modo intenso e se agravado ainda mais, de forma que as perspectivas de subsistência e inserção no mercado de trabalho mostram-se essenciais para, ao menos, não permitir a ampliação das desigualdades raciais, tão marcantes e estruturantes em nosso país. No Brasil, as questões sociais que envolvem discriminação racial são ainda muito mal discutidas e colocadas fora da lista de prioridades por pesquisadores da área, intelectuais, e, inclusive, os próprios negros. Um exemplo disso é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), atualmente porta de acesso às Universidades e ao ensino superior no país. De 2020-2021, junto à crise da COVID-19, o ENEM trouxe consigo uma redução alarmante de 51,7% na participação de negros, pardos e indígenas, segundo o levantamento do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP). Munanga (2004) afirma que os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. É dizer que vai além da aparência, mas como você se identifica em meio a mais um rótulo. Essa lacuna presente no nosso país não permite avançar nas discussões, organizadas e reorganizadas de forma rasa e subjetiva.

A ascensão econômica no nosso país passa necessariamente pelo acesso ao ensino superior, segundo estudos desenvolvidos por vários órgãos, como o MEC (Ministério da Educação e Cultura), o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ainda hoje, em função do atual cenário político e pandêmico que nos acomete, o ano de 2021 foi o que trouxe menor proporção de inscritos no ENEM que se autodeclararam pessoas negras, dos últimos dez anos. Uma queda próxima de 53% de estudantes inscritos, segundo a Folha de São Paulo (2021). Um caminhar para trás depois dos últimos governos que resultaram em políticas públicas concretas, tais como: a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, de 1995, ainda no governo FHC; as primeiras ações afirmativas no âmbito dos Ministérios, em 2001; a criação da Secretaria Especial para Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, no governo Lula; a proposta dos atuais Projetos de Lei que estabelecem cotas para estudantes negros oriundos da escola pública em todas as universidades federais brasileiras, o Estatuto da Igualdade Racial e ações afirmativas que vêm de encontro às demandas reivindicadas por igualdade de oportunidades.

É indispensável que se tenha uma conscientização social relacionada à necessidade de eliminar as desigualdades e a ações impostas pelo estado que visam combater as discriminações. Essas se fazem de grande importância e merecem investigações sociológicas mais aprofundadas em relação ao ingresso e permanência de jovens discriminados na universidade, garantindo a efetividade das políticas de ações afirmativas e sua expansão, problematizando também a experiência de ser negro em um ambiente no qual se consideram deslocados (GUIMARÃES, RIOS, SOTERO; 2020). Nas palavras de Rosana Heringer (2018), as ações afirmativas na sociedade brasileira foram criadas a partir da pressão de setores da sociedade tradicionalmente discriminados e o processo político que levou a criação dessas políticas não foi um caminho sereno e sem conflitos.

O sistema de proteção social no Brasil é, em muitos aspectos, um projeto em andamento e ainda enfrenta muitos desafios que precisam ser avançados. Se baseia na Constituição de 1988, que estabelece e prevê os direitos humanos e sociais como responsabilidade do Estado. Esse é um marco que assegura os direitos universais, no que diz respeito à população negra - que é cerca de 43% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020) - e prevê apenas no inciso 42 do Artigo 5º, que o racismo passa a ser enquadrado como crime inafiançável e imprescritível (PAIXÃO, 2019). A primeira, das sete constituições que o Brasil teve desde 1824, a incluir esse inciso.

Toda a diversidade étnica e cultural, resultante de muito sangue derramado de origem indígena e africana, que se misturou com o de imigrantes europeus de diversas origens, aventureiros e colonizadores portugueses, criou a identidade que assumimos hoje: brasileiras e brasileiros. As velhas migrações e o tráfico negreiro juntaram, num mesmo território geográfico, descendentes de povos, etnias e culturas diversas, que combinadas com os efeitos da globalização econômica, criam problemas na convivência pacífica (MUNANGA, 2015). Na última década, ocorreram mudanças internas e externas no território brasileiro e no continente africano, que tiveram como objetivo ampliar as relações entre o Brasil e a África (FERRACINI, 2018). Mas Gala (2019) nos chama atenção: “A diminuição até se pôr fim a discriminação racial em nosso país somente ocorrerá quando o Brasil modificar a maneira como olha para o continente africano, sem desqualificá-lo”. Se trata de um fato importante que abre o caminho para esclarecer as integrações atuais entre o nosso país e o continente africano.

Dentro do contexto da educação, somente em 2003 o Congresso Nacional decreta e sanciona a lei nº 10.639, de 9 de janeiro, que altera a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 e que implementa o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, dia 20 de novembro (BRASIL, 2021), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ilustrando um cenário caótico em relação à igualdade, discriminação e reconhecimento de outras influências culturais. Mais tarde, é criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) (FERRACINI, 2018). Soluções adotadas pelo governo Lula, permitiram aos alunos de baixa renda financiar ou isentar-se de mensalidade via FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e Prouni (Programa Universidade para Todos), viabilizando sua incorporação ao ensino privado, que tanto se expandira no governo antecessor, aumentando a oferta de vagas nas universidades federais (FERES JUNIOR et al. 2018; AGUIAR & AZEVEDO, 2020; SOARES, 2020). Hoje, todo esse progresso e bem feitorias estão em risco, por parte do governo vigente.

Como uma imagem abstrata, pouco conhecida entre nós brasileiros e construída sobre percepções das quais não temos real conhecimento (NGOENHA, 2006), considerando a cor da pele dos seus povos, o subdesenvolvimento e a dimensão histórica, não nos atentamos às

iniciativas em prol de fortalecer os conhecimentos e nossa percepção em África. Sendo assim, a África se torna vulnerável e passível de ser consumida por objetivos ambiciosos de ocupar essas terras. Como colocado por Ferracini (2012): “o campo de pesquisa da África no livro didático no ensino da Geografia é vasto, caro e ainda pouco explorado pelo viés escolar”. A tensão e o conflito são constitutivos desse processo, aparentemente inocente, de legitimar uma parafernália de referências, teorias e métodos para aprender e apreender África, considera Matsinhe (2012).

Com isso, mesmo conteúdos pedagógicos agem de modo antagonicamente congruentes: ora negando e omitindo a narrativa africana na história da humanidade, ora ofertando uma narrativa enviesada sobre o percurso histórico que os colocam numa posição animalizada e inferior, mecanismo conceituado por Santos (1995) como epistemicídio. Esse termo se refere a tentativa, por meio de mecanismos dos quais não vamos nos adentrar, de invisibilizar e ocultar as contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental. Reflexo da imagem que os ocidentais nutrem de uma África que se traduz apenas como um reduto de miséria e desolação, em constante busca por ações sociais e atos de caridade que as elites mundiais sentem a necessidade de declarar (LOPEZ & SOARES, 2019). Necessitamos, dessa forma e como bem diz Cruz e Silva:

Reforçar e criar novas redes que nos permitam partilhar o conhecimento produzido a partir de África, e reforçar a cooperação Sul-Sul, não é menos importante que lutemos por uma real liberdade acadêmica que nos permita um debate interno e aberto sobre formas de produção de conhecimento, devolvendo às nossas universidades o seu papel de centros de debate e de produção científica. (CRUZ & SILVA, 2012, p. 82).

O sistema acadêmico brasileiro, sob a ótica de uma perspectiva internacional, mostra que nosso quadro de exclusão racial no ensino superior é um dos mais extremos do mundo (PEREIRA, 2006). Pereira ainda exemplifica:

Para se ter uma ideia da desigualdade racial brasileira, lembremos que, mesmo nos dias do *apartheid*, os negros da África do Sul contavam com uma escolaridade média maior que a dos brancos no Brasil no ano 2000; a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do *apartheid*, era muito maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias de hoje. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6 % do total da população. (PEREIRA, 2006, p. A11).

Tais narrativas podem alimentar um processo de tecnificação das experiências externas às que ocorrem na África e por meio das quais os resultados são desvinculados de seus aspectos jurídicos, institucionais, sociais, contexto econômico e político. Esse viés não deve nos impedir, como cientistas, de discutirmos em torno das ideias sobre os conhecimentos na África e para África, das pessoas que vivem e detém daquelas terras como suas, articulando narrativas coerentes e plausíveis, quanto a análise das suas identidades. Isso implica, necessariamente, um programa curricular que possa oferecer subsídios aos estudantes com ferramentas de análise, um corpo docente preparado e engajado, bem como condições básicas de trabalho que possam permitir um ensino de qualidade e uma pesquisa independente (CRUZ E SILVA, 2012).

O CAMINHO SEGUIDO DE MÃOS DADAS

Na condição de pesquisador observador e a fim de se ter uma leitura do real cenário que vivenciamos, cenário esse que diz respeito a todos nós, a metodologia utilizada no artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa descritiva qualitativa (Good Practices In South-South And Triangular Cooperation) e com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os textos que constituem o corpus desta pesquisa são manchetes de notícias, trabalhos acadêmicos e artigos publicados em revistas conceituadas de circulação nacional e internacional. A metodologia de pesquisa utilizada é de natureza qualitativa, uma vez que nosso intuito maior foi analisar o panorama atual na perspectiva da agricultura, desenvolvimento comum dos países africanos e as percepções do brasileiro frente à cultura africana.

Como bem-dito por Santos (2016), o conceito de Sul não é meramente geográfico, mas uma metáfora do sofrimento humano colocado pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão. Com a construção da sociedade sendo fundada em conceitos ocidentais, com bases muito bem consolidadas e unilaterais, desenvolvemos um pensamento europeu hegemônico, sob uma única perspectiva e contrariando a verdadeira narrativa, em que cada povo é detentor de uma rica tradição cultural, permeada de possibilidades e expectativas futuras, sem primazia e despromoção.

Sob uma ótica externa àqueles países que estão diretamente envolvidos por benefícios e parcerias, as intervenções são pontuais e de caráter unilateral, não envolvem um aparato social no qual é sugerido e discutida uma proposta de intervenção. E os maiores e principais interessados, muitas vezes, não estão a par, não concedem uma licença, ainda que para seu próprio benefício. Conforme visto pelo estudo Doing Business (2020) - indicadores que apresentam o desenvolvimento das economias ao redor do mundo, 15 países africanos estão muito bem colocados no ranking. Crescentes investimentos em energia renovável como a eólica e solar e o surgimento de diversas aplicações, em diferentes áreas, de fato estão melhorando o acesso da população a serviços e produtos no continente africano.

As análises sobre os fluxos migratórios na África que privilegiavam os movimentos de mão-de-obra para as cidades, atraída pelos grandes projetos, conferindo atenção à adaptação socioprofissional e ao mundo urbano, datam desde o período colonial. O desenvolvimento rural, como no Brasil, é ainda um dos maiores desafios na África do Sul, por mantê-la em uma condição de pobreza crônica, incluindo o debate quanto a reforma agrária e do direito de posse. As instituições certas fornecem os incentivos para acumular capital físico e humano, inovar, desenvolver e adaptar novas tecnologias e reorganizar a produção e distribuição de bens e serviços (NALLARI & GRIFFITH, 2011; CAVALCANTE, 2020). Temas como industrialização do continente, modernização agrícola, telecomunicação e redução da dependência de outros países devem ser trabalhadas com muita cautela a fim de não ferir a autonomia desses povos e não legitimar uma divisão social imaginária, criada com o objetivo de reiterar a dominação das elites (majoritariamente brancas nesse contexto) sobre os grupos de negros e imigrantes (LOPEZ & SOARES, 2019).

Muito tem se falado em investimentos e desenvolvimento dos países africanos por parte do Agronegócio e setor econômico, como se estes se encontrassem em uma posição inferior aos demais países. Na África, se desenvolvem atividades econômicas que movimentam muito dinheiro por meio dos mercados informais, cuja circulação monetária não é contabilizada nas estatísticas oficiais dos Bancos Centrais. O continente possui 60% das terras cultiváveis no contexto mundial, em especial por ter um clima predominantemente tropical, semelhante ao do Brasil. Neste contexto, Benin por exemplo, se coloca como o primeiro exportador de algodão na África em 2018 e quinto exportador mundial, seguido por outros países também localizados na África: Burkina (19,14%), Costa do Marfim (16,01%), Sudão (8,84%), Mali (4,86%) e Togo

(4,69%). Os três principais países (Benin, Burkina e Costa do Marfim) representam mais de 60% do algodão total do continente exportações em 2018 (USDA, 2019). O Brasil é o primeiro exportador na América Latina e se mantém entre os cinco maiores produtores de algodão do mundo (ABRAPA, 2021).

Tendo como base o relatório do Banco Mundial do ano passado, o Brasil ficou em 124º lugar em um total de 190 países em relação a condições melhores para se fazer negócios e que apresentam crescimento econômico em ascensão. Países do continente Africano como Ruanda, Marrocos, Quênia, África do Sul e Senegal, assumiram as posições 38º, 53º, 56º, 84º e 123º respectivamente e melhores que o Brasil. Esses dados demonstram que nós, como país, podemos ensinar e levar conhecimento à outros espaços, mas, acima de tudo, é preciso saber e aprender com eles, respeitar sua história, sua extensa bagagem cultural e o contexto no qual estão inseridos, sem reproduzir as desigualdades que já enfrentamos dentro do nosso país. Devemos considerar, também, as tradições orais na África, pois são espaços simbólicos de preservação de dados históricos, que, assim como dados escritos, são produzidos por nós, e possuem valores similares.

O projeto Cotton Victoria que se iniciou em 2016 envolvendo Quênia, Tanzânia e Burundi, foi conduzido pela Universidade Federal de Lavras em parceria com os governos africanos, com o apoio do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) e do Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de aumentar a estabilidade e a segurança das suas populações e, conseqüentemente, assegurar um crescimento econômico sustentável. Diante de mudanças climáticas, escassez hídrica, perda de fertilidade dos solos e desastres de escalas maiores, as habilidades dos indivíduos devem assegurar suas prioridades e mirar rumo a novos caminhos de desenvolvimento, da mesma forma, em todos os países. A universidade, em forma de extensão, proporcionou, neste caso, tecnologias socioambientais a custo zero, de bases agroecológicas, tendo em conta a vulnerabilidade socioeconômica daquela população.

Antes disso, em setembro de 2007, firmou-se um "Protocolo de Intenções de Parceria" que se estendeu até 2011, onde um novo acordo foi firmado em definitivo. No mesmo ano e em convite da ABC/MRE, o "Proces-verbal des Travaux entre les Experts de L'Agence Brasilienne de Cooperation et les Experts Congolais" foi assinado e, então, as equipes ULPGL, UFLA e Kinshasa ficaram permanentemente interligadas, como afirma Tavares (2021) em matéria disponível na página da própria universidade. Em 2020, a parceria ABC e UFLA se estendeu com o objetivo de desenvolver as atividades agrícolas na região do Mali, diagnosticando o estado de degradação dos solos, elaborando mapas de aptidão agrícola e capacidade de uso do solo e implantação de práticas conservacionistas nas regiões de produção de algodão naquele país (BENIAICH, 2020). Essas iniciativas, de encontro a capacitações formuladas e adequadas àquela realidade, tem uma tendência de melhorar a qualidade de vida e perspectiva de futuro menos escasso quanto a saúde e alimentação.

Recentemente, o projeto de extensão Vozes da África foi incluído na publicação "Boas Práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular: Ampliando as Soluções Made in Africa", organizado pelas Nações Unidas. O projeto, com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), visa capacitar professores e técnicos congolezes em tecnologias socioambientais sustentáveis de forma participativa que são desenvolvidas, testadas e aprovadas de acordo com a agroecologia (UNDP, 2021). Esse conhecimento é transmitido aos pequenos produtores e agricultores familiares por meio de oficinas de capacitação realizadas nas próprias comunidades.

Outro exemplo de participação entre países, resultou no software EasyDrip, desenvolvido pelo estudante de pós-graduação moçambicano na Universidade Federal de Lavras, que dimensiona sistemas de irrigação por gotejamento que operam com água

bombeada por energia solar, seja de poço, reservatórios ou córregos (SANTOS, 2019). O projeto “Aumento do potencial produtivo de carne bovina no Mali – Mali Pecuária”, conduzido pela universidade, teve o objetivo de contribuir para o crescimento da exportação de carne bovina do Mali, responsável por quase 19% de seu PIB, por meio de capacitações técnicas e institucionais nas áreas de alimentação de bovinos, sanitária, gestão operacional de abatedouros e reprodutiva.

Deve-se tomar medidas adequadas no sentido de possibilitar uma apropriação lúcida e responsável do conhecimento disponível, bem como as discussões e interrogações desenvolvidas ao longo do processo de troca do próprio conhecimento. O rápido crescimento tem um custo subjacente sobre a forma de vários ajustamentos estruturais e institucionais, que podem ser públicos ou privados (SENGUPTA, 2011), e até mesmo um agravamento da desigualdade. A apropriação deve caminhar de uma forma crítica, com base nos conhecimentos endógenos da África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento (HOUNTONDJI, 2008). Hountondji complementa dizendo:

Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas direta ou indiretamente determinada. Então, será de esperar que os académicos não-africanos contribuam para a resolução dessas questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico (HOUNTONDJI 2008, p. 158).

É dizer: ninguém melhor que os indivíduos envolvidos no processo de obtenção do benefício, seja de cunho tecnológico, social e/ou mão de obra profissionalizante, para moldar e contribuir com a metodologia a ser utilizada por eles mesmos e tornar o aprendizado em conhecimento aplicável e independente, “andando com as próprias pernas”. Esse tipo de abordagem evitaria casos omissos em que a população usa da tecnologia para outra finalidade que não aquela designada, por exemplo: carrinho de mão deixar de ser utilizado para transporte de materiais agrícolas para transportar pessoas e animais.

EXPANSÃO DE IDEIAS E TENDÊNCIAS FUTURAS

Atualmente, a África é vista como um continente em ascensão, tendo seus países se inserindo na política internacional e demonstrando grande potencial, principalmente agrícola; e também nas suas características culturais únicas e distintas dentro de um continente muito rico de recursos naturais e sabedoria popular. Vem chamando atenção do mundo. Entretanto, nós brasileiros ainda o desqualificamos e não enxergamos dessa forma devido ao racismo frequentemente presente na nossa sociedade (GALA, 2019) e que se tornou ainda maior com o retrocesso que viemos enfrentando após o governo Lula. É sabido que com crescimento tecnológico, vem atrelada, também, problemas de cunho social como a desigualdade, algo bem enraizado na cultura africana, assim como no Brasil.

Com a chegada do século XXI, houve um gradual crescimento econômico e melhora na qualidade de vida da população, no que se refere ao desenvolvimento social e político, a exemplo do PIB de países como a Argélia, Etiópia, Moçambique e Namíbia, que apresentaram, entre os anos de 2000 e 2020, uma média de crescimento anual elevada, segundo o *The Global Economy* (2021). Moore (2010) faz uma reflexão sobre as lutas em defesa da dignidade e igualdade do tratamento, oportunidades e respeito das diferenças culturais e identitárias dos africanos, que passam a incomodar quando começam a recuperar sua humanidade negada há

mais de mil e trezentos anos, através de todo tipo de agressões, físicas e psicológicas, durante o processo de precarização do continente, tempo em que se trocava a população jovem africana por produtos de consumo. A indústria africana de algodão não era competitiva em relação à indústria de tecidos que os europeus podiam obter da Ásia, Índia e outras colônias (MOORE, 2010).

A ciência foi grande parceira, colocando seus serviços aos interesses do agronegócio e da Revolução Verde, com exceções. Mas, talvez, um fenômeno decisivo tenha sido o parcelamento do conhecimento científico e a corporativização da ciência como instrumentos do binômio capital-estado na promoção da modernização (MOREIRA & CARMO, 2004), sobrepondo aos reais interesses e necessidades essenciais como alimentação, saúde e desenvolvimento pessoal em todas as esferas sociais. No Brasil, a agricultura ocorreu de maneira desigual, com elevada concentração de terra e de renda para uma minoria significativa, resultando no que Moreira e Carmo (2004) definem como uma “crise ecológica associada ao manejo industrial dos recursos naturais, pois a própria industrialização brasileira, como um todo, necessitava de amplo contingente populacional à disposição para a concretização do modelo urbano-industrial”.

Para Freyre (2001) “o escravo africano enriqueceu a cozinha colonial em função da variedade de novos sabores”. A perspectiva retrógrada de que nós brasileiros temos muito a ensinar deve ser reformulada, visto que, na realidade, também temos aprendido muito e temos para aprender com esse continente exuberante que detém tecnologias como qualquer outro continente, apesar da grande desigualdade social que o assola. A contribuição africana afirmou-se na música, no vocabulário, na religião e na culinária, especialmente, pela introdução do azeite-de-dendê e da pimenta malagueta (característicos da cozinha baiana), e também pelo consumo do quiabo, maior uso da banana e das variedades de preparar galinha e peixe, cultivo de algumas plantas como inhame, melancia e temperos como gengibre, açafrão, gergelim dentre outros.

Modelos que contribuam para a viabilidade da agricultura em pequena e média escala e evitem o esgotamento dos solos e empobrecimento da biodiversidade que possam, conseqüentemente, levar à escassez da produtividade e surgimento de pragas e doenças podem ser identificados e incentivados na comunidade de maneira inclusiva e sustentável. As práticas tradicionalmente desenvolvidas ao longo de gerações familiares acabam encontrando alguns entraves como a seca e escassez de água e, em resposta à essa situação, projetos que já vem sendo desenvolvidos (UNDP, 2021) abarcam essas problemáticas e tem buscado resgatar culturas nativas com variedades adaptadas para aquela região. Esses princípios estão intimamente interligados com as premissas filosóficas e metodológicas da Agroecologia, da agricultura sustentável, que, como define Altieri (2004): “trata-se de uma abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos, e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”. Altieri (2004) ainda nos leva a refletir sobre o estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado). Esse nos tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos podem ser bastante detalhados e possuir estratégias multidimensionais de uso.

Por esses motivos elucidados nesse trabalho, é fundamental que haja uma reformulação da academia brasileira, no âmbito fundamental, médio e superior de ensino, para que se possam diagnosticar falhas na produção e internacionalização do conhecimento, assim como na elaboração de projetos que desenvolvam e modifiquem o *status quo* do ensino, pesquisa e extensão, por um mundo mais livre e justo, onde a universidade assume, realmente, o papel de centro de produção de conhecimento e debate de ideias. Somente com ações ainda mais

efetivas, que levem a discussão para dentro da sala de aula e elevando o saber popular adentrado e produzido pela África, poderemos estreitar as relações entre países do hemisfério sul.

Cabe também salientar que esse processo de aproximação nos faz ter o sentimento de pertencimento do meio e corrobora para o processo de se reconhecer no outro. Além disso, é possível se aceitar como o sujeito da história, o que em um primeiro momento pode ser mais complicado e penoso do que tentar reconhecer o outro sobre o mesmo aspecto (REIGOTA, 1994; LIMA, 2021). Vários aspectos tradicionais de conhecimento do indivíduo são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos, nesse trabalho, a maneira como as sociedades ocidentais são estratificadas e tem suas hierarquias definidas em função da cor e através do conceito de raça. A relevância do atual debate sobre a produção de conhecimento sobre a África e os africanos, para além dos diferentes pontos de vistas muitas vezes deturpados, vem de encontro a ressignificação de acordos bilaterais, buscando imprimir, nessas ações, mecânicas que busquem acabar com o preconceito e racismo ainda impregnado na nossa sociedade.

É fundamental levar em consideração a diversidade racial para garantir espaço aos indivíduos, sejam eles profissionais brasileiros ou africanos, negros ou brancos, ativos ou em busca de oportunidades, que vivem marginalizados e que querem empreender, se inserir na academia e se fazerem presentes nas diversas áreas por meio de parcerias e estreitamento das relações, a fim de atenuar as diferenças sociais dentro da sociedade em que vivemos.

Falta informação sobre a cultura africana, mesmo ela estando presente no nosso dia a dia, e isso nos distancia. Por isso, é necessário legitimar a contribuição africana em nossa cultura, assim como cobrar dos nossos gestores ações que torne isso possível. Através do embasamento teórico elencado ao longo do artigo, foi possível pensar a respeito do impacto social e histórico causado pelo imperialismo, cujas consequências reverberam até os dias de hoje, assolando diversas comunidades e suscitando movimentos migratórios que moldam as sociedades atuais.

Incentivar os jovens pesquisadores brasileiros a conhecerem e trabalharem em parceria com as instituições africanas e se interessarem pela visão africana, em especial no campo da agricultura, com um olhar voltado para o indivíduo que está na condição de aprendiz pode estreitar os laços entre as culturas. Os trabalhos desenvolvidos com e para a África abrem portas para uma nova perspectiva antieurocêntrica e antielitista, incorporando novos protagonistas e outras visões de mundo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. P.; AZEVEDO, G. X. **Educação Superior no Brasil: Acesso, expansão e Inovação no Governo Lula**. REEDUC, UEG, v. 6, n. 3, 2020.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ABRAPA- **Associação Brasileira dos Produtores de Algodão**. Algodão no mundo. Disponível em: <https://www.abrapa.com.br/Paginas/Dados/Algod%C3%A3o%20no%20Mundo.aspx>. Acessado dia 6 de outubro de 2021.
- BENIAICH, A. **Mapeamento e conservação do solo no projeto da Preservação do Potencial Produtivo das Zonas Produtoras de Algodão no Mali**. Plano de trabalho para pós-doutorado junior. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2020.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 De janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acessado dia 27 de outubro de 2021.

- CAVALCANTE, C.M. **Estado, Instituições e Desempenho econômico: os olhares do North, Chang e Evans.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXII – V. 3 - N. 47 – Salvador, BA – p. 378 – 403. 2020. <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v3i47.7052>
- CRUZ E SILVA, T. **Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas?** Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África - CODESRIA. 2012.
- DOING BUSINESS. **International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, 2020.** <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1440-2>
- FERREIRA, T.S.H; CUNHA, E.A.C. **A política externa brasileira do governo Lula da Silva (2003-2010) nas páginas de Carta Capital e Veja: um estudo comparativo.** Política, da Análise Ao Planejamento • Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. 44 (1), 2021. <https://doi.org/10.1590/1809-58442021110>
- FERRACINI, R. **Brasil e África na Geopolítica Escolar. Las Actas del Coloquio Internacional: África y América Latina: Interacciones transatlánticas.** Universidad Omar Bongo, Cerafia P.139 -151, 2018.
- FERES JÚNIOR, J; CAMPOS, L.A; DAFLON, V.T; VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Sociedade e política. Rio de Janeiro: EDUERJ, 190 p. ISBN: 978-65-990364-7-7. 2018. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>
- FUNDAÇÃO FHC. **Brasil e África no século 21: Ascensão e queda de uma relação importante.** Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/brasil-e-%C3%A1frica-no-s%C3%A9culo-21-ascens%C3%A3o-e-queda-de-uma-rela%C3%A7%C3%A3o-importante-6ea820cda89>. Acessado dia 27 de outubro de 2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Enem 2021 é o mais branco e elitista em mais de uma década.** 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/09/enem-2021-e-o-mais-branco-e-elitista-da-decada.shtml>. Acessado dia 22 de setembro de 2021.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GALA, I. V. **Política Externa como Ação Afirmativa.** Projeto e Ação do Governo Lula na África – 2003/2006. Santo André-SP: EdUFABC, 323 pp., 2019.
- GUIMARÃES, A. S. A; RIOS, F; SOTERO, E. **Coletivos negros e novas identidades raciais.** Dossiê Raça, Desigualdades e políticas de inclusão. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v.39, n°2, 309-327. 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000020004>
- HERINGER, R. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico.** Revista Brasileira de Orientação Profissional. Vol. 19, No. 1, 7-17, 2018 DOI: <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>
- HOUNTONDJI, PAULIN J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos.** Revista Crítica de Ciência Sociais. Epistemologias do sul, 80. P. 149-160. 2008 <https://doi.org/10.4000/rccs.699>
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protacao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acessado dia 27 de outubro de 2021.
- LIMA, Ricardo Everton. **Agricultura Familiar E Identidade Cultural.** Ensaios de Geografia, v. 7 n. 13. 2021. <https://doi.org/10.22409/eg.v7i13.42651>
- LOPEZ, N. I. P. & SOARES, M. C. **Africanidade e Negritude Em Contextos Diaspóricos: Uma Reflexão Sobre A Obra Americanah, de Chimamanda Ngozia Dichie,** Revista Trama, volume 15, e-ISSN 1981-4674, n° 34, p. 16–26, 2019.
- MATSINHE, C. **Síntese do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança: Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas,** 2012.
- MOORE, C. **A África que incomoda sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro/** Carlos Moore, 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala. Coleção Repensando África, Volume 3, 2021.
- MOREIRA, R. M; CARMO, M. S. **Agroecologia na Construção Do Desenvolvimento Rural Sustentável.** Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004
- MUNANGA, K. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil - Entrevista de Kabengele Munanga.** Estudos avançados, 18 (50), 2004.
- MUNANGA, K. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p20-31>
- NALLARI, R; GRIFFITH, B. **Understanding growth and poverty – Theory, policy and empirics.** Directions in Development; poverty. World Bank. 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2281>. Acessado dia 27 de outubro de 2021.
- NASCIMENTO, V. M. **A política externa do governo Lula para a Agenda Ambiental: Uma análise à luz de teorias de processo decisório.** Revista Conjuntura Global. v. 9, n 2, 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v9i2.76367>
- NGOENHA, S. **A ideia de África.** In: Macamo, E. Um país cheio de soluções. Maputo: Edições Lua. p. 85-94, 2006.

- PAIXÃO, M. O **Movimento Negro e a Constituição de 1988**: Uma revolução em andamento. Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento>. Acessado dia 27 de outubro de 2021.
- PEREIRA, R. **Em favor do Estatuto da Igualdade Racial**. 2006. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/321590/complemento_1.htm?sequence=2. O Estado de São Paulo. Acessado dia 27 de outubro de 2021.
- REUTERS, 2021. COVID-19. **Global Tracker**. Disponível em: <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/>. Acessado em 27 de outubro de 2021.
- SANTOS, G. **Aplicativo desenvolvido por estudante moçambicano dimensiona sistemas de irrigação por gotejamento na África**. 2019. Disponível em: <https://ufla.br/noticias/pesquisa/12975-aplicativo-desenvolvido-por-estudante-mocambicano-dimensiona-sistemas-de-irrigacao-por-gotejamento-na-africa>. Acessado em 27 de outubro de 2021.
- SANTOS, B. de S. **Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition**. New York, London: Routledge, 1995.
- SANTOS, B. S., ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. (2016). **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 43, p. 14-23. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301>
- SENGUPTA, J. **Understanding economic growth – Modern theory and experience**. 2011. London: Springer Science + Business Media, LCC.
- SOARES, R. V. **Expansão Da Educação Superior No Governo Lula: Tendências e Contradições**. Educação formal e não formal, cultura e currículo l. v. 7 n. 6, 2020. <https://orcid.org/0000-0002-7086-8580>
- TAVARES, G. Projeto Vozes da África. 2021. Disponível em: <https://ciencia.ufla.br/todas-opiniao/721-projeto-vozes-da-africa>. Acessado dia 4 de setembro de 2021.
- THE GLOBAL ECONOMY. 2021. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com>. Acessado em 05 de outubro de 2021.
- USDA - United States Department of Agriculture. **Foreign agricultural service**. 2019. Disponível em: <https://ipad.fas.usda.gov/cropexplorer/cropview/commodityView>. Acessado dia 6 de outubro de 2021.
- UNDP (2021). **Good Practices in South-South and Triangular Cooperation: Scaling up Made-in-Africa Solutions**. 2021
- WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. **World Trade statistical review**. 2019. Acessado em 5 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf. Acessado dia 27 de outubro de 2021.

Recebido em 28-10-2021
Revisões requeridas em 04-03-2023
Aceito em 10-03-2023